

CEDI - P. I. B.
DATA 31/12/86
COD. F4D00040

CEDI
1480
1113175

Índios FUNAI

Senhor General Bandeira de Mello

Divisão de Segurança e Informação do Ministério do Interior

Prezado General

Abusando da boa acolhida que me dispôs quando aí estive em 21 de janeiro p.f. findo, entregando informações - confidenciais - e documentos relacionados com a Fundação Nacional do Índio, volto a insistir pedindo sua atenção e as providências de quem de direito para o que adiante relaciono.

Antes preciso fazer um retrospecto, lembrando fatos, distorções propositadas, que vem se acumulando a ponto de nos dar uma configuração do problema completamente fora da realidade. - Mente-se, mistifica-se, ilude-se a opinião pública com publicidade tendenciosa. As limitadas realizações tomam vulto no noticiário dirigido, desviando assim a atenção até mesmo do Governo, para a miséria em que vivem os índios, méras justificativas da existência de um órgão que, depois de dois anos, ainda não se encontrou, ainda não sabe o que fazer, mudando constantemente de estatutos e regimentos, como se nas leis estivessem as fâlas e não nos homens.

A Revolução de 1964 não foi feliz, ainda, com relação à assistência que devemos aos remanescentes indígenas do Brasil.

A Constituição atual como a anterior garante a terra onde o índio habita, é inalienável, é bem dominial da União. - Foi, sem dúvida, uma excelente e objetiva medida. O Governo, pelo Ministério da Justiça, criou um Grupo de Trabalho para estudar e apresentar soluções com relação ao problema da terra ocupada pelos índios, o que foi feito. - A preocupação da Presidência da República está patente mas onde falha a ação do Governo é na escolha dos elementos recrutados, ontem como hoje, para a direção dos órgãos de proteção.

31

Nos primeiros dias da Revolução foi designado para a direção do SPI o Cel. Aristides Procópio de Assis.- Foi uma esperança que durou pouco menos de um mês. - Homem digno, bacharel em direito, criador em São Paulo, tudo indicava que ele faria uma boa administração, pois procurava bom assessoramento e, assim, salvaria o SPI da política.

Nessa mesma ocasião era instaurado um IPM, segundo fui informado, pelo então Cel. Darcy Lázaro, auxiliado pelo Major Carlos O'Rely. - Um sem numero de irregularidades foram constatadas. - A sua continuação, com a punição dos culpados, teria evitado o -

1º fracasso:- Para substituir o Cel. Aristides Procópio de Assis foi designado diretor do SPI o Major da Aeronáutica Vinhas Neves. O IPM é transferido para a alçada da Aeronautica e, por inerível que pareça nada aconteceu.- O Major Vinhas Neves cercou-se de uma verdadeira "gang" e, com sua conivência e mesmo participação sobre o SPI o - maior saque, a maior dilapidação do patrimônio indígena, meio século depois de sua criação. -

Foi instaurado, como sempre, um - rigoroso inquérito -, ou diria, um - rumoroso inquérito -. Uma centena de funcionários foram dispensados, alguns deles sem grande culpa, levados à demoralização e à miséria; outros, agindo sob coação da cúpula, composta dos mais sórdidos corruptos, também caíram. - Os mais fortemente indiciados, peculatórios conhecidos, larápios mesmo, ficaram de fora, ou sofreram penalidades leves, e continuam a agir hoje como ontem, como se nada de anormal tivesse havido. - O tráfico de influência, a corrupção passiva, - ainda não estavam completamente extirpados.. As raízes são profundas, há que se ter mão firme e combate constante, ao menor descuido, tudo volta e com mais virulência.

Em suma, esse - rigoroso inquérito - foi parcial, mal orientado e mal concluído. Atingiu algumas Inspetorias.- Vários servidores estão recorrendo à Justiça e estão sendo reintegrados e, no meio dele

alguns que escaparam, por inépcia, da penitenciária.

Vinhas e José Fernandes Cruz, dois dos principais indiciados na da sofreram, ou melhor, escaparam da cadeia, o seu destino natural. O primeiro foi promovido, Cruz trabalha em Rondônia, na mesma região onde de tanto mal fez aos índios, segundo informam na Companhia Estânera.

O mais lamentável foi a idéia leviana partida do próprio gabinete ministerial, reunindo a imprensa, e denunciar, à guisa de promoção.

o - genocídio -.

No período intermediário, entre a extinção do SPI e a criação do FNI, foi designado para diretor o Cel. Heleno Nunes. -

Em sua consciência pergunta-se -: O Serviço de Proteção aos Índios, o órgão criado para proteger, assistir, garantir-lhes uma melhor vida, teria sido o culpado? - Seriam culpadas as leis, os seus regulamentos, regulamentos, etc.? É claro que não! A administração pública de mãos dadas com a desbragada política de campanário e, por vezes, acumpliciada com o chamado - poder econômico - sabe que é a única culpada, principalmente quando começou a negociar a direção do SPI a trôco de favores eleitorais.

2º fracasso:- O Cel. Heleno Nunes, completamente leigo e com enorme ojeriza a tudo que fôsse do - extinto SPI -, vaidoso, com soluções de algibeira, começou afastando os Chefes de Inspetoria, e alguns encarregados de Postos, notadamente os do Sul. - Designou oficiais da reserva, ex-sargentos que com ele serviram, e se eram homens de sua confiança não resta dúvida de que não tinham a mínima noção do que haviam de fazer, estavam completamente despreparados para a missão.

Como sempre acontece com os adventícios as principais preocupações foram os arrendamentos de terras, a renda indígena, a extração de madeira. - O índio continuava marginalizado, servindo de justificativa à existência do órgão protetor. -

O Cel. Heleno paga gratificações aos homens de sua confiança, - criando uma disparidade gritante com outros servidores com os mesmos

encargos e paga com a renda indígena, proveniente da exploração de suas terras, da sua produção e que deveria reverter em benefício da tribo, do seu bem estar. - Invertiam-se os papéis - o protegido - protegendo o - protetor -.

Como Diretor do D.P.I. não concordei com essa maneira fácil de premiar amigos com o dinheiro alheio.- Foi determinada a reposição da quantia retirada da renda indígena, reposição essa que seria feita com a verba orçamentária da Fundação. - Até os últimos meses do ano findo - ainda estavam arrumando em Brasília, na velha e conhecida química administrativa, a prestação de contas da renda indígena. -

Do ocorrido não houve inquérito, ninguém foi punido.

Desponta, então, a Fundação Nacional do Índio, substituindo o SPI, CNPI e PIX.- Foi criado um órgão de ampla cúpula administrativa que, além da parte executiva contava com um Conselho Diretor (executivo) e um Conselho Curador.- Para dar uma cor indigenista ao novo órgão convidaram a Prof. Heloísa Alberto Torres e a mim, a quem entregaram, respectivamente, o Departamento de Estudos e Pesquisas e o Departamento do Patrimônio Indígena.- Foram mantidos os irmãos Villas Boas, cujos êxitos no Parque do Xingú não dependeram do SPI como não dependem da FNI; é um trabalho continuado, com rara devoção e nítida compreensão do índio como pessoa humana. - No Conselho Diretor, um tanto heterogêneo, um ou outro elemento capacitado para dirigir a política indigenista.

Para a Presidência da FNI, inicialmente como Delegado do Ministério do Interior, foi designado o dr. José Queirós Campos que trabalhava na Consultoria Jurídica e com ele o bacharel Álvaro Correa de Oliveira Filho, também da Consultoria Jurídica. -

O dr. Queirós Campos, com grande visão jornalística, bacharel, professor, homem culto, relacionado nos meios políticos em função de seu cargo na Câmara Federal, com uma acuidade admirável de apreender, economicamente independente, tinha tudo para se sair bem da nova incumbência. - Demonstrou, entretanto, ser a mais completa nega

2/5
1/5

ção de administrador. -

3º fracasso: - São mantidos, inicialmente, os Chefes de Inspetoria, os mesmos designados pelo Cel. Helene Nunes, - recebendo até certo tempo as - gratificações - pagas pela renda indígena.

Da Fundação do Bem Estar do Menor vem o pessoal para a Assessoria Geral de Finanças - Paulo Diniz - Oswaldo Cavour - Gelcimar Santos - e José Alves Ribeiro. Os três primeiros ficaram na Assessoria e o último com o serviço do pessoal. - É contratado, também, o sr. Espírito Santo Mesquita, que passou a ser o Assessor Geral de Planejamento e Coordenação. - Mais tarde foi contratada a bacharel Flóra Schlesinger, que trabalhava na Representação do Governo de Pernambuco. - Em Brasília ficava o sr. João Oscar Henriques que já tinha sido trazido do DNOCS pelo Cel. Helene e no Departamento Jurídico o bacharel Romildo Carvalho.

Estava, assim, armada a cúpula administrativa do novo órgão. - Com raríssimas exceções, os que não eram amigos, eram parentes, e todos muito bem aquinhoados, inclusive percebendo salários de nível superior sem diploma que os habilitasse, etc. - Basta um léve exame nas folhas de pagamento e no percentual atribuído na base da acomodação, do empreguismo, do favoritismo.

Mais tarde, além dos que já existiam com altos salários sem fazer praticamente nada, embromando com funções fictícias, aparecem mais alguns, levando a folha de pagamento só na Guanabara a alcançar cerca de setenta mil cruzeiros novos. -

O pessoal do SPI tinha uma complementação de salário, sempre desproporcional ao grupo armado na sua maioria do DNOCS - Bem estar do menor - e amigos que precisavam ser amparados, embora não pertencessem a nenhuma tribo conhecida. - Instalava-se um pequeno fôdo. - Manejando o Serviço de Relações Públicas e os elementos da Imprensa, não era difícil levar ao público notícias de êxibos viatos através de lupas.

O trabalho entre os índios Maxakali em Minas Gerais, o Parque do Xingú, a ilha do Bananal e, nessa mistificação - a Escola Indige-

16

MINISTÉRIO DO INTERIOR

nista e o Hospital do Bananal (reinaugurado), a discutível Polícia Indígena e o Centro de Recuperação de Cronâque, ocupam constantemente o noticiário da Imprensa, levando os menos avisados a acreditarem que a Fundação cumpre com as suas obrigações. - Ninguém pergunta o que há com os índios da amazônia, largados à sua própria sorte, ou simples mão de obra escrava para produzir... e dar renda para a Fundação Nacional do Índio. -

É bom lembrar que o que se faz com um pequeno grupo de índios Makali é a colaboração do Governo de Minas que sempre deu a parte do leão o mesmo acontecendo com a Polícia Indígena e o Centro de Recuperação, fruto exclusivo do esforço do Cap. Pinheiro da Polícia de Minas. -

Procura-se - recuperar - os índios que a civilização marginalizou no seu esforço de integrar, apressadamente, sem planejamento científico algum. Procura-se - recuperar - aqueles a quem ensinamos a beber cachaça, a quem prostituímos as suas famílias, a quem liquidamos a sua cultura, primitiva mas autêntica. -

E as centenas de índios vítimas da tuberculose? - É suficiente assinar convênios, leva-los para sanatórios, quando não atacamos o foco, na própria aldeia, fruto do pauperismo, da falta de higiene, dos contactos que nós proporcionamos, largando-os à sua própria sorte?

Basta que o Governo assine convênios com a O.I.T., obrigando-se a assistir as remanescentes "silvícolas", que muda os rótulos dos órgãos de proteção, que teóricamente nos dá garantias constitucionais, estatutos e regimentos, se na prática falha, porque falha na escolha dos homens? -

É preciso atentar para isto, o mundo todo está com as vistas voltadas para nós, está nos cobrando um atendimento humano para com os nossos índios. - É preciso que o Sr. Presidente da República conheça a verdade, para que não seja ludibriado com falsas informações, levando-se correspondentes da imprensa estrangeira a visitar índios com endoçço certo. -

7

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Voltamos à "administração" da FNI.- As nove Inspetorias foram reduzidas a cinco Delegacias. - Em lugar de descentralizar, procurando-se estrategicamente pontos de contacto mais próximos às tribos, principalmente na região amazônica, onde a integração é uma constante e não se fará nas capitais, tudo foi feito para dar - relativo conforto - aos novos chefes, que no entender do Presidente deviam ser juristas, advogados de alto gabarito, porque o - problema principal - era o da terra. É bom lembrar que já havia um Departamento Jurídico, sem contar com a Assessoria ou Consultoria Jurídica do Ministério, e uma regular quantidade de bacharéis na própria Fundação.

Os Chefes de Inspetoria designados pelo Cel. Helene Nunes foram - sendo dispensados, uns por irregularidades, outros passando a Assistentes dos novos Delegados, etc.- O salário é de pouco mais de 1.000,00 mensais, - razoável - para proteger amigos e parentes. -

O Cap. Alfredo Alexandre de Souza, que chefiava a 1a. IR (Manaus) foi afastado depois de passar a Assistente do novo Delegado - Dr. José Alves Cavalcanti (engenheiro), e foi afastado por irregularidades, informam que teria adquirido uma casa com a renda indígena sem autorização, etc.- Não houve inquérito. -

O ex-chefe da 2a. IR (Belém), oficial da polícia do Pará, também foi afastado. Houve uma investigação sumária contra ele e alguns funcionários. - O dr. João Belmino Chaves, Presidente da Comissão, apurou diversas irregularidades e encaminhou as suas conclusões ao Gabinete do Sr. Ministro, em Brasília, no dia 14/4/69, em ofício reservado n. 49/CIS. - Trata-se, mais uma vez, da espoliação do patrimônio indígena, peculatos, etc.- Não houve processo, ficou na apuração sumária, sem punição dos culpados.- Essa apuração consta de 4 volumes e 2 anexos. O dinheiro destinado aos índios é mais uma vez desviado. - Dizem que pedis políticos do Pará "abafaram" o processo.

Esse oficial, cujo nome não recordo foi substituído pelo sr. José Honório Maia, enquadrado nas "normas de admissão de pessoal" como técnico de organização e métodos. Não é bem um título, nem diploma, e

parte do currículo do curso de Economista, entretanto, garante de acordo com as "normas" um bom percentual. -

O novo Delegado bisonho como a maioria teve suas vistas voltadas para a produção e a correspondente renda. As tribos passaram a ter novos nomes. Os índios "mógnô", os "castanha", os "borracha", os "cassiterita", etc. - Afinal a Fundação era uma - empresa - e como tal tinha que agir. - Quando a Fundação não tinha meios de explorar passava a incumbência a terceiros e cobrava a percentagem, eram os lezívos contratos de arrendamento que continuavam. E o índio? Comia o que sobrava da mesa. - A renda de todas as Delegacias é drenada para Brasília e lá se planeja a sua aplicação. - O Diretor do Departamento de Administração, assume a competência do Departamento do Patrimônio Indígena, do Departamento de Assistência, não lhes dando a mínima satisfação. - A justificativa é que ele viaja sempre, sempre está em companhia do Presidente, conhecendo os "problemas" - in-loco. Esses passeios turísticos, onde se olha e não vê, pouco ou nada adiantam. -

Quanto gasta a Fundação de diárias e viagens aéreas?

A "Provincia do Pará" de 27/11/69 tem uma denúncia séria contra o Sr. Máia, assinada pelo jornalista Roberto Guendeville. - De fato os índios estão morrendo à mingua de recursos, a maioria dos Postos do Pará não conta com encarregados capazes. - A lancha adquirida sem concorrência também tem fundamento, deve ser averiguada a denúncia.

Quando no exercício da presidência da Fundação, mandei que a Comissão que estava procedendo a um inquérito em Roraima, passasse por Belem para uma sindicância. - Infelizmente não havia recursos e nada foi feito, principalmente o depoimento desse jornalista que estava em Brasília.

O - assistente - do sr. Máia e seu substituto eventual era o sr. Aderbal Villar Sobrinho que foi dispensado por determinação do sr. Ministro em aviso recebido por mim dessa Divisão.

Havia um Posto no Pará, quando chefei a Inspeção (9/1/947), lo-

MINISTÉRIO DO INTERIOR

calizado no rio Cururú (Tapajós), economicamente independente. Essa independência, com um pequeno auxílio da Inspetoria, em 9/11, se concretizou, graças ao trabalho dos índios Manduruká, com a supervisão do Inspetor João Batista Chuvaa. - Lanchas, motores de pôpa, máquinas de beneficiamento, serralha, olaria, luz elétrica, criação de gado, etc., tudo foi fruto desse trabalho continuado, proporcionando inclusive conta corrente no Banco da Amazônia, pagando impostos da produção ao Estado, etc. - Outros Postos também seguiam na mesma trilha. O índio produzia e recebia os lucros da sua produção e qualquer desvio era prontamente punido.

Até agora estou recebendo cartas da região que, entre outras coisas, dizem:-

"... a máquina de pillar arroz foi emprestada pelo sr. Raimundo Fernandes para Jacaracanga ao sr. Batista que já está em Santarem e naturalmente passou adiante. O amassador de barro da olaria foi emprestado para a Barra, já vi peças do mesmo por debaixo das mangueiras lá na Barra. - O Posto Calabi já se acabou, passando-se por lá só as veigas. - E quanto aos motores, que eram sete todos funcionando não se vê nenhum. - A pista de avião está irreconhecível. Do gado - 50 cabeças - não se vê nem rastro. De criação miúda, isto é, porcos, galinhas, patos, etc., tudo deixou de existir..."

Antes seguidos de trabalho, de dedicação, jogados fora, pela inépcia, pelo comodismo dos que queriam que os índios do Pará estivessem - aldeados nos subúrbios de Belém, para serem visitados nos passeios de fim de semana. -

O comodismo é tão grande que os índios do Maranhão que estavam, com a nova estrutura, subordinados à 2a. D.R., passaram para a subordinação da Delegacia de Pernambuco (Recife). - Como se vê, tudo muito perto, muito à mão. -

No Maranhão (3a. IR) havia um Tenente Novais, e um seu irmão na Ajudância em Barra do Corda. - Como os demais a única preocupação era produção, ou melhor, os arrendamentos, de onde recebiam a terça parte, sem o mínimo esforço, e sob a forma mais extravagante de "integração" do índio à comunidade nacional. -

Tantas foram as falcatruas que eu mesmo pedi o meu afastamento

MINISTÉRIO DO INTERIOR

da Chefia da Inspetoria e de seu irmão da Ajudância. - A situação não melhorou, as sindicâncias pre-fabricadas continuaram, até que uma carta do Gal. Samuel Augusto Alves Corrêa ao sr. Ministro do Interior veio confirmar, veio ratificar, outras denúncias, da miséria em que vivem os índios do Maranhão. - Consta da minha carta de 21 de janeiro p. findo.

Na Delegacia de Pernambuco o major Levay é substituído pelo escolhido do Presidente, ficando esse oficial, que estava fazendo uma boa administração) como - assistente -. É uma Delegacia completamente inoperante. -

A antiga 5a. I.R. em Campo Grande (Mato Grosso) transformada em Ajudância e subordinada a Goiabá, esteve sob a administração de dois oficiais - o Major Heitor G. Chaves e Ilídio Pinheiro. - Nada sei que os desabono. -

Em Goiabá continuava o sr. Hólio Bucker, antigo e eficiente servidor do ex-SPT e em Curitiba, depois da passagem do Tenente Ribas e do sr. Rubens T. Ramos, que transferiram a sede para Porto Alegre porque lá tinham suas residências, foi designado o engenheiro agrônomo - José A. Brasileiro. - Essa Delegacia, que abrange Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apesar dos malsinados arrendamentos das terras indígenas e dos sempre discutidos aproveitamentos de pinheiros - mortos, é uma Delegacia já pronta para quem queira trabalhar. Com a maioria, ou mesmo totalidade de índios integrados, competindo com colônias vizinhas, algumas vezes com vantagem, bastaria um pequeno esforço para que voltasse a manter a primazia de antigamente. -

Afinal era um engenheiro agrônomo na direção, - um técnico perdido num oceano de bacharéis, de pseudos economistas a falar em - mão de obra ociosa - mercado de trabalho - estrutura e infra estrutura - com idéia fixa de - empresa -, traçando cronogramas, organogramas, fluxogramas e coisas assim. - Esses "técnicos", esses "teóricos" ganham - bem, um pouco menos que o Presidente, e têm que justificar os altos salários, convencidos da sua auto suficiência, julgando-se cercados de débeis mentais. -

13
Aí está o panorama das Delegacias. - Poucas escapam de uma audição, com auditores honestos, que não tenham ligações de amizade, que não estejam subornados com parentes empregados na - empresa -.

Logo nos primeiros dias da Fundação o Conselho Diretor não afinou com o seu Presidente. Os conselheiros queriam, pediam explicações, o Presidente julgava-se soberano, demonstrava, desde logo que não tinha condições para trabalhar em equipe. Deixou de comparecer às reuniões e, nesse tempo, fui designado para seu suplente. - Compareci a algumas reuniões, verifiquei que, de certa forma, o Conselho tinha razões. Não podia formar do lado dos "dissidentes" contra o Presidente a quem eu representava. Deram um jeito, deixei de comparecer, ficando a vice presidência com o Prof. Benjamin de Morais. -

Mas o Conselho continuava como Conselho Diretor e isto não convinha. - Com sofismas conseguiram transformar esse órgão em Conselho Indigenista, com os mesmos membros. - Creio que é o órgão incumbido de traçar a política indigenista a ser seguida pela Fundação. - Examinando-se o currículo dos conselheiros chegamos à conclusão de que uns - três ou quatro tem condições para tanto. -

Eis, prezado General, o que é a Fundação Nacional do Índio. -

Quanto ao Departamento do Patrimônio Indígena para o qual fui convidado, o quadro é este:-

a) não sabemos o que produzem os Postos e os índios, qual a forma de transação, qual a renda obtida e o seu emprego. -

b) segundo o plano de aplicação da - renda do patrimônio indígena - exercício de 1969, prevê-se uma arrecadação de NCr\$1.400.000, em estimativa. - É uma arrecadação razoável, na sua maior parte de arrendamentos, da venda de "pinhões mortos", da venda indiscriminada dos rebanhos. -

c) como fiz ciente na minha exposição anterior solicitei medidas ao Conselho Curador e até o momento nada resultou.

d) o patrimônio dos bens móveis, imóveis e semoventes pertencentes ao patrimônio indígena ainda não está levantado, apesar de in-

MINISTÉRIO DO INTERIOR

istentemente pedido, desculpam-se com a falta de pessoal habilitado, com a falta de recursos. -

Quanto as reservas e parques indígenas temos que enfrentar com desvantagem o poder econômico dos fazendeiros paulistas na região ana-sônica, com os conhecidos projetos agro-pocuarlos, sem contar com a antiga luta nos Estados do Sul, cujos interesses políticos e econômicos vem paulatinamente tomando todas as terras reservadas aos índios.

É uma luta desigual, principalmente quando entra em jogo o poder político com a conhecida barganha eleitoral, e o índio, desgraçadamente não vota. -

Desculpe-me o ter sido demasiadamente longo. Eu defendo um ideal de quasi trinta anos, o que me torna enfadonho, por vözes rude, mas - leal e sincero. -

É pelo que resta dos nossos índios que eu aqui faço este apêlo - acabem com esta situação criada na Fundação, dando-lhe uma direção capaz, sem improvisações, sem promoções ridículas, como essa "estória" de Policia Indígena, de Escola Normal para índios que precisam de comida, que precisam quem lhes trate a tuberculosa, que lhes pague o justo valor de seu trabalho. - E, mais ainda, precisamos saber o que é feito do patrimônio indígena, da sua produção, da sua renda, não em balancetes pre-fabricados pela Assessoria Geral de Finanças.

É tempo de uma devassa, não só nessas contas, mas nos gastos com viagens, com diárias, ajudas de custo, e com a orgia dos carros oficiais que ficam até altas horas da noite aguardando os homens da cúpula da Fundação enquanto jogam cartas, etc. -

Sempre ao seu inteiro dispor o amigo certo

Jose Maria da Gama Malchor

 Jose Maria da Gama Malchor

Estrada do Itamarati n.84, sob.
 Petropolis- Rio de Janeiro
 Caixa Postal 344